

Doutoramento Honoris Causa de António Duarte Arnaut
Elogio do Apresentante Constantino Theodor Sakellarides

Magnífico Reitor

Senhor ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio

Excelentíssimas Autoridades Académicas

Digníssimas Autoridades Civas e Religiosas

Senhoras e Senhores Professores, Assistentes e Investigadores

Senhoras e Senhores Estudantes

Senhoras e Senhores Funcionários

Ilustres Convidadas e Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Universidade de Coimbra reúne-se hoje nesta Sala dos Capelos toda engalanada para acolher no seu seio alguém a quem queremos desejar as boas-vindas e agradecer por vir enriquecer a nossa comunidade.

Por parte da Faculdade de Economia, a Universidade de Coimbra vai impor as insígnias doutorais a António Arnaut, ilustre advogado, humanista e escritor, cuja biografia e curriculum foram apresentados pelo meu colega José Manuel Pureza.

Poucos de nós têm o acaso e a sabedoria de estar à hora certa no local certo. Arnaut esteve sempre do lado certo das trincheiras na luta pela dignificação do ser humano e pela manutenção do estado social em Portugal. Resistente e opositor à ditadura, foi ele o principal impulsionador de uma das maiores conquistas civilizacionais das últimas décadas em Portugal: o Serviço Nacional de Saúde.

Estamos em 1979 e a Lei Constitucional incluía (e ainda inclui) no seu art.º 64º nº 2 o reconhecimento formal por parte do Estado Português do direito dos seus cidadãos à promoção, prevenção e vigilância da saúde, sendo esse direito materializado num serviço público de prestação de cuidados. António Arnaut, então deputado à Assembleia da República vê adotada a Lei 56/79 de 15 de setembro que, após a instauração da democracia em 1974, criava em Portugal o SNS. Lei de que ele próprio, meses antes, enquanto Ministro dos

Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, tinha sido o primeiro autor juntamente com o seu Secretário de Estado Mário Mendes, ilustre professor da nossa Faculdade de Medicina. Garantia-se então o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, independentemente da sua condição social e económica.

Mais uma vez, o acaso fez com que António Arnaut, enquanto Vice-presidente em exercício da Assembleia da República, viesse a assinar esta lei.

O Estado Português passou a ter um SNS universal e gratuito, isto é, para todos e pré-pago. Não se limitava a assegurar o acesso aos serviços de saúde; obrigava-se a criar os serviços de saúde de que os cidadãos necessitam.

A apresentar Arnaut e a servir de caução da sua alta qualidade e mérito, está Constantino Sakellarides, atual Professor Jubilado da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, um cientista, um empreendedor público e um homem generoso. Um homem do conhecimento. Um humanista tem como apresentante um pensador do papel social e de coesão de um sistema de saúde.

Desde há muito que o apresentante admira a postura cívica do doutorando e do seu posicionamento na sociedade portuguesa. Nas funções públicas por que passou, nunca deixou de contribuir de uma forma positivamente significativa para o engrandecimento da saúde pública. E é, por isso, em termos elogiosos que Constantino Sakellarides se refere a António Arnaut, afirmando que foi precisamente a sua teimosia que permitiu que o SNS se concretizasse politicamente. E eu acrescentaria, com a devida autorização, com a coerência da sua teimosia.

Nascido em Moçambique em 1941, Constantino Sakellarides faz o liceu na então cidade de Lourenço Marques. Vem seguidamente estudar para Coimbra, depois para o Porto e torna-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1967.

Em 1968 volta a Moçambique, onde é médico de saúde pública e Delegado de Saúde no Bárue, Vila Gouveia, hoje Katandica. Numa área rural extensa em que o hospital tinha um enfermeiro, uma parteira, dois serventes e, muito ocasionalmente, um médico, onde não havia transportes públicos, onde imperava a malária, onde as pessoas, para serem vistas pelo médico nos chamados postos de saúde, em dia e hora certa da semana, tinham de percorrer vários quilómetros a pé, onde a administração da saúde centralizada na capital era, como

muitas vezes acontece, uma administração sem rosto e por onde rondava a sempre presente polícia política.

Muito longe daí, os estudantes e operários em maio de 1968 anunciavam nas ruas de Paris o fim da modernidade, 400 mil pessoas reuniam-se no Festival Woodstock num movimento de contracultura, Neil Armstrong pousava na superfície lunar em julho de 1969, a classe dirigente de hoje entrava para a Universidade, enquanto uma parte considerável dos dirigidos da época não sabia ler nem escrever, os Beatles lançavam o último álbum Abbey Road e, em Portugal, a liberdade de expressão e do pensamento continuava a ser reprimida, tem lugar o Congresso Republicano de Aveiro, apenas cerca de um terço dos partos se realiza nos hospitais e morre Salazar. Pelo menos, segundo diz Sakellarides, a lua dos namorados era para todos.

Entretanto dá-se em Portugal o 25 de Abril, definido por Sakellarides como o champanhe que perdeu a rolha, com a ajuda de alguns. Nessa altura está precisamente em Houston onde, em 1975, se doutora em Saúde Pública pela School of Public Health da Universidade do Texas, cidade também conhecida pelo seu centro médico, um dos mais notáveis dos Estados Unidos, especialmente após o primeiro transplante de um coração, bem-sucedido, nesse país. Mas é também neste Estado fronteira com o México que Sakellarides convive com excessivas desigualdades.

Desde sempre Sakellarides esteve atento à democratização da saúde, ao contrato social entre o Estado e os cidadãos, à sua participação no sistema de saúde e ao pensamento prospetivo. Segundo defende, qualquer sistema de saúde deve tentar garantir, pelo menos, quatro pilares fundamentais: (i) o acesso real de todos os cidadãos ao sistema de saúde em todas as suas vertentes de promoção da saúde, de prevenção da doença, curativas ou paliativas; (ii) uma prestação de cuidados de qualidade e segura; (iii) a melhor participação e envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre a saúde; e (iv) uma boa utilização dos recursos humanos, de informação e financeiros.

Já doutorado, volta a Lisboa em pleno “verão quente”, época dos governos provisórios do MFA e do serviço médico na periferia. Integra de imediato a Comissão Inter-hospitalar da antiga Direção-Geral dos Hospitais, começa a ensinar na Escola Nacional de Saúde Pública e dirige, de 1976 a 1985, o Centro de Saúde Sofia Abecassis em Lisboa, pioneiro como centro de saúde em área urbana.

Estávamos também nesses tempos a viver grandes mudanças na saúde com os reflexos da Conferência de Alma Ata, do Relatório Lalonde no Canadá e do documento americano Healthy People, referências do pensamento e das políticas da saúde, com uma visão ampla e integração dos seus determinantes e, em Portugal, do nascimento dos centros de saúde e do ultimar dos preparativos para o SNS.

No seguimento do estabelecimento da democracia em Espanha e do reconhecimento das autonomias, apresenta-se a concurso público e é aceite como o primeiro Diretor Académico da Escola Andaluza de Saúde Pública, em Granada, onde permanece entre 1985 e 1987.

Volta a Portugal e concorre agora para a OMS Europa. Em tempos em que as leis do mercado pretendem gerir e regular o mundo, os países e os seus cidadãos e, por arrasto, os sistemas de saúde e mesmo os governantes eleitos pelos cidadãos, há cada vez mais necessidade de se reconhecer a importância dos valores humanos e sociais. E isto requer capacidade, vontade e coragem política, predicados que Marc Danzon, diretor regional da OMS para a Europa entre 2000 e 2010, reconhece em Costantino Sakellarides e no papel que, de uma forma apaixonada, desempenhara de 1991 a 1995 enquanto diretor para as Políticas de Saúde e Serviços de Saúde da Região Europeia da OMS. Danzon acrescenta: e Sakellarides não é pessoa de emoções ligeiras.

Na altura era diretor da OMS Europa Jo Asvall, que recentrou a ação da OMS Europa na saúde pública e que liderou a ideia de estratégias de saúde baseadas em metas, mais tarde seguida por Donabedian e Cochrane. Aquando da sua morte em 2010, e pela mão de Sakellarides, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde homenageou este médico norueguês no seu relatório de Primavera intitulado “Desafios em tempos de crise”.

Enquanto desempenhou funções neste cargo, Sakellarides promoveu as capacidades humanas e analíticas que permitiram a criação do Observatório Europeu dos Sistemas de Saúde com o objetivo de criar evidência para as tomadas de decisão nos vários sistemas de saúde europeus.

Em Moçambique, nos Estados Unidos, na Andaluzia, na Dinamarca ou em Portugal, sempre defendeu que é o trabalho no terreno, o conhecimento do terreno, que dá as ideias e o toque de realidade e de proximidade tão necessários à formulação de políticas de saúde. É preciso que as coisas importantes façam sentido. Neste nosso país em sofrimento, Sakellarides afirma

que há que colocar «o ouvido no chão» para percebermos genuinamente o que se passa no País.

Volta de novo a Portugal, abandonando generosamente a sua carreira de dirigente da OMS a convite de Maria de Belém Roseira, então nomeada ministra da saúde. Ocupa em 1996 a presidência do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, altura em que é criada a primeira agência de contratualização, avançam o projeto Alfa e o projeto do Regime Remuneratório Experimental de reorganização dos cuidados de saúde primários, precursores das atuais Unidades de Saúde Familiar. Em Portugal desempenhou também, de 1997 a 1999, as funções de Diretor-Geral da Saúde. É sob a sua orientação que o Ministério da Saúde publica, pela primeira vez, uma estratégia nacional para a saúde, com metas estabelecidas, são definidos regimes remuneratórios inovadores na administração pública, uma política da qualidade em saúde, criando o Instituto da Qualidade em Saúde, e é dado o arranque da colaboração entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, com o objetivo de garantir a prestação de cuidados continuados. É demitido das suas funções quando o governo abdica da continuidade das políticas no setor da saúde.

Nas palavras de um amigo muito próximo dele, sempre que cá está em Portugal deixa sementes.

Foi Professor de Política e Administração da Saúde, na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa e seu Diretor em 2007. Em janeiro de 2011, abandonou o lugar por limite de idade.

É fundador e principal impulsionador do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, contribuindo para uma cultura de avaliação independente do sistema de saúde português. Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa para Promoção da Saúde Pública, associação criada por Arnaldo Sampaio, Presidente da European Public Health Association no biénio de 2008-2009 e fundador da Associação de Inovação e Desenvolvimento em Saúde Pública. É atualmente o Presidente da Fundação para a Saúde - SNS. É um criador, é um filósofo, é um estudioso.

Na crise financeira em que vivemos, que conduziu a uma crise económica com externalidades sociais dramáticas, em que a coesão social está em jogo, a saúde tem de ser vista, como já foi

afirmado, não como um peso financeiro, mas como capacitadora dos cidadãos e potenciadora do crescimento económico, isto é, amiga da Economia. Neste contexto, Sakellarides defende de novo princípios e valores, um verdadeiro contrato social relativamente à proteção da saúde e propõe algo ainda hoje, infelizmente, muito inovador: que nos sentemos para conversar.

Falar sobre Constantino Sakellarides nesta Sala dos Capelos é, para mim, para além de uma honra e uma emoção, a possibilidade de publicamente dizer o que desde há alguns anos me vai na alma e que inexplicavelmente nunca lhe disse diretamente: a enorme admiração, quase filial, que sinto por este homem bom, uma pessoa com ideias que dá sentido a coisas que importam a todos, um homem atento às coisas importantes. Um académico que torna fáceis os assuntos difíceis.

Estou certo de que o retrato que fiz pecou por defeito, por incapacidade minha de revelar todas as qualidades de quem se dispõe a apresentar um novo doutor.

Magnífico Reitor

Estão diante de vós o candidato António Arnaut e o seu apresentante Constantino Sakellarides. Ambos partilham o mesmo ideal democrático e o mesmo empenhamento pelos valores da dignidade da pessoa humana, de justiça social, de respeito pelos direitos dos cidadãos e da importância do conhecimento na governação. Ambos se distinguiram como cidadãos ativos, empreendedores e atentos a uma sociedade em constante mudança. Por isso nos sentimos muito honrados por os termos hoje aqui.

Rogo, assim, Magnífico Reitor, a imposição das insígnias do grau de Doutor pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a António Duarte Arnaut.

Coimbra, 29 de maio de 2014

Pedro Lopes Ferreira

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra